

Relatório de Execução Física

N.º do Processo: 25380.003625/2025-93

Subunidade/Unidade: Coordenação de Vigilância em Saúde e Laboratório de Referência

TED nº: 24/2025

Contrato nº: 103/2025

Vigência do contrato: 18/09/2025 a 18/09/2030

Projeto Fiotec: DIREX-017-FIO-25

Coordenadora Geral do contrato: Tânia Maria Peixoto Fonseca/ Coordenação de Vigilância em Saúde e Laboratório de Referência / E-mail: tania.fonseca@fiocruz.br / SIAPE: 1897107 / CPF: ***.742.807-**

Valor total do contrato: 100.000.000,00 (Cem milhões de reais).

Período deste relatório: 09/10/2025 a 10/02/2026

1. Objeto da contratação:

Execução das atividades de apoio logístico, administrativo e gestão financeira do projeto do **Projeto: "Fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde, por meio da qualificação das ações e da comunicação em saúde voltadas aos agravos transmissíveis e não transmissíveis e seus fatores de risco, promoção da saúde e prevenção de doenças"**.

2. Objetivos Geral e Específicos do Projeto:

2.1. Geral:

Ampliar a capacidade de resposta do sistema único de saúde utilizando ferramentas que apoiem o enfrentamento das doenças transmissíveis e das doenças crônicas não transmissíveis e seus fatores de risco, bem como apoiar outros eventos de relevância para a saúde pública.

2.2. Específicos

- Fortalecer as ações de prevenção e controle das doenças transmissíveis, incluindo o desenvolvimento de estratégias voltadas aos agravos de interesse em saúde pública.
- Implementar processos de planejamento, monitoramento e gestão das ações de Vigilância em Saúde da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente;
- Aprimorar os processos de capacitações de profissionais em Vigilância em Saúde, visando o fortalecimento da capacidade de resposta do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde;
- Fortalecer os processos de Vigilância em Saúde por meio do aprimoramento das ações de monitoramento, avaliação e comunicação relacionadas aos agravos de interesse em saúde pública.
- Fomentar a vigilância das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) e seus fatores de risco, violências, acidentes, óbitos materno, infantil e fetal, anomalias congênitas e doenças raras;

- Fortalecer as ações e medidas para prevenção e controle das doenças transmissíveis;
- Fomentar ações de vigilância, preparação e resposta a emergências em saúde pública.

3. Execução

O presente projeto vem sendo executado em acordo com as metas e atividades em consonância com os termos pactuados no Contrato, a saber:

3.1 Execução Física e Financeira

META	EXECUÇÃO FÍSICA	
	% REALIZADO	% A REALIZAR
Meta 1: DIREX-017-FIO-25-2-1 - Promover a formulação e implementação de ações qualificadas de vigilância, prevenção e controle das doenças transmissíveis, com base em evidências epidemiológicas	10%	90%
Meta 2: DIREX-017-FIO-25-2-2 - Fortalecer os sistemas de informação e estatísticas vitais de morbidade e vigilância de Doenças Crônicas não Transmissíveis e seus fatores de risco	13%	87%
Meta 3: DIREX-017-FIO-25-2-3 - Apoiar as atividades da Vigilância em Saúde e Laboratórios de Referência da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz	6%	94%

4. Resultados Alcançados:

- **Produção de boletins epidemiológicos sobre doenças transmissíveis e temas prioritários da Vigilância em Saúde e Ambiente**

Foram elaborados e publicados boletins epidemiológicos que sistematizaram evidências e análises sobre hanseníase, tuberculose, leishmaniose, doenças relacionadas ao trabalho, vigilância ambiental e iniquidades em saúde. Destacam-se os boletins sobre o perfil dos casos novos de hanseníase detectados por exame de contatos (2015–2024) e sobre hospitalizações por hanseníase no Brasil (2014–2024), que evidenciaram tendências epidemiológicas, diferenças regionais, perfis sociodemográficos e desafios assistenciais, subsidiando o planejamento de ações voltadas à detecção precoce e à redução de incapacidades e hospitalizações evitáveis. Também foram produzidas análises sobre proteção social e

tuberculose, uso da miltefosina no tratamento da leishmaniose tegumentar, monitoramento das doenças e agravos relacionados ao trabalho e mortalidade por câncer de mama e colo do útero segundo raça/cor, permitindo identificar desigualdades em saúde, perfis de risco e necessidades de aprimoramento das políticas públicas.

- **Fortalecimento da vigilância ambiental e da análise de determinantes sociais da saúde**

A produção técnica incluiu análises relacionadas à vigilância ambiental e aos determinantes sociais, com destaque para o boletim de avaliação da implantação do Programa Vigiagua, que evidenciou avanços na estruturação das rotinas de monitoramento da qualidade da água e desafios relacionados à heterogeneidade regional e à capacitação das equipes. Da mesma forma, os boletins sobre proteção social e tuberculose e sobre mortalidade por câncer segundo raça/cor contribuíram para incorporar a perspectiva de equidade e vulnerabilidade social na vigilância em saúde. Esses produtos fortaleceram a integração entre vigilância epidemiológica, ambiental e sanitária, subsidiando a formulação de estratégias intersetoriais voltadas à redução de riscos e desigualdades em saúde.

- **Elaboração e atualização de manuais e guias técnicos para padronização das ações de vigilância e assistência**

Foram elaborados e atualizados manuais e guias técnicos voltados à qualificação das ações de prevenção e controle de doenças transmissíveis e de outros agravos prioritários. Destacam-se a revisão do Manual de Manejo Clínico da Chikungunya (2ª edição revisada), o guia técnico-operacional para implementação da vacina dengue atenuada do Instituto Butantan, o Guia de Avaliação Pós-Evento para Emergências em Saúde Pública e os Guias de Estratégia de Vacinação nas Fronteiras – Agenda 2025 e 2026. Esses instrumentos consolidaram orientações técnicas atualizadas, definiram fluxos operacionais, critérios de monitoramento e estratégias de organização das ações, contribuindo para maior padronização das práticas e fortalecimento da resposta do Sistema Único de Saúde às doenças transmissíveis e emergências em saúde pública.

- **Qualificação dos sistemas de informação e dos instrumentos de monitoramento epidemiológico**

Foi produzido o Roteiro para uso do Sinan Net Hanseníase e Manual para tabulação dos indicadores de hanseníase (2ª edição), documento que padroniza procedimentos de extração, tabulação e análise dos dados epidemiológicos, promovendo maior consistência e confiabilidade das informações. O material apoia gestores e técnicos estaduais e municipais no monitoramento sistemático dos indicadores e na avaliação das ações de controle da doença, fortalecendo o uso qualificado das informações em saúde como instrumento para planejamento, tomada de decisão e acompanhamento de metas relacionadas à eliminação da hanseníase como problema de saúde pública.

- **Produção de documentos estratégicos para fortalecimento institucional da Vigilância em Saúde e Ambiente**

Foram elaborados documentos estratégicos voltados ao fortalecimento institucional e à incorporação de evidências na formulação de políticas públicas, incluindo o Sumário Executivo do Encontro Científico de Pesquisas Aplicadas à Vigilância em Saúde (ECPAVS 2025), que sistematizou resultados de pesquisas aplicadas relevantes para a gestão do SUS, e o Plano Estratégico para Medidas de Atenção, Vigilância e Promoção à Saúde de Populações Expostas e Potencialmente Expostas ao Mercúrio (2025–2030), construído de forma interinstitucional para orientar ações integradas de vigilância, atenção e promoção da saúde. Esses produtos ampliaram a base técnico-científica disponível, fortaleceram a gestão baseada em evidências e contribuíram para a qualificação das ações estratégicas de prevenção e controle de doenças e agravos no país.

- **Elaboração e atualização de documentos técnicos sobre mudanças climáticas e saúde**

Foi elaborada a 2ª edição do Guia de Bolso *Mudanças Climáticas para Profissionais de Saúde*, que sistematiza evidências científicas sobre os impactos das mudanças climáticas na saúde humana, incluindo riscos ambientais, principais agravos associados e populações mais vulneráveis a eventos extremos. O material apresenta orientações objetivas para identificação precoce de riscos, adoção de medidas preventivas e mitigação de impactos sanitários, fortalecendo a atuação dos profissionais na vigilância e prevenção de agravos sensíveis ao clima. A publicação contribui para a integração entre saúde e meio

ambiente e está alinhada à meta de elaborar e atualizar documentos técnicos sobre temas prioritários da Vigilância em Saúde e Ambiente, apoiando as ações de prevenção e controle de doenças no âmbito do SUS.

- **Qualificação das ações de imunização por meio de instrumentos normativos e operacionais** Foi elaborado o Manual da Rede de Frio do Programa Nacional de Imunizações, documento técnico que reúne orientações para armazenamento, conservação, transporte e distribuição de imunobiológicos, padronizando rotinas e responsabilidades nos níveis nacional, estadual e municipal. O manual estabelece diretrizes para monitoramento da cadeia de frio, uso adequado de equipamentos e sistemas de informação, prevenção de perdas e qualificação das equipes, contribuindo para a manutenção da qualidade e eficácia das vacinas. Sua implementação fortalece a gestão logística das ações de imunização e contribui para a efetividade das estratégias de prevenção e controle de doenças imunopreveníveis.

- **Fortalecimento das ações de vigilância e imunização na atenção neonatal**

Foi elaborada a Nota Técnica Conjunta nº 20/2026, que orienta a organização e execução da imunização de recém-nascidos em maternidades, incluindo cenários com e sem sala de vacina, assegurando a oferta oportuna de BCG, hepatite B e nirsevimabe para prevenção do vírus sincicial respiratório. O documento estabelece responsabilidades técnicas, critérios para manutenção da cadeia de frio, registro das doses nos sistemas oficiais e vigilância de eventos adversos, contribuindo para a padronização dos fluxos e ampliação da oportunidade vacinal ao nascer. A iniciativa fortalece as ações de vigilância e prevenção de doenças imunopreveníveis e contribui para a redução da morbimortalidade infantil.

- **Orientação técnica para atualização vacinal e redução do risco de introdução de doenças imunopreveníveis**

Foi elaborada a Nota Técnica nº 12/2025, que orienta a atualização vacinal contra sarampo, coqueluche, difteria, tétano acidental, poliomielite e febre amarela, especialmente para residentes no Brasil que realizarão viagens internacionais. O documento apresenta o cenário epidemiológico nacional e global, orienta a atualização do esquema vacinal conforme o Calendário Nacional de Vacinação e reforça a importância da vigilância de casos suspeitos. As orientações contribuem para reduzir o risco de introdução e disseminação de doenças imunopreveníveis no país, fortalecendo a integração entre imunização, vigilância epidemiológica e assistência.

- **Aprimoramento da farmacovigilância e da segurança das vacinas**

Foi elaborada a Nota Técnica nº 88/2025, que orienta a notificação e investigação de Erros de Imunização e Eventos Supostamente Atribuíveis à Vacinação ou Imunização (ESAVI) no módulo ESAVI do e-SUS Notifica. O documento padroniza conceitos, fluxos e responsabilidades institucionais, estabelece prazos para notificação e investigação e reforça o caráter obrigatório do registro desses eventos no Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica. A iniciativa contribui para o fortalecimento da farmacovigilância, para a melhoria da qualidade das informações e para o aumento da confiança da população nas vacinas.

- **Aprimoramento metodológico dos indicadores de cobertura vacinal**

Foi elaborada a Nota Técnica nº 90/2025-DPNI/SVSA/MS, que atualiza a metodologia de cálculo da cobertura vacinal do Calendário Nacional de Vacinação, adotando abordagem baseada no indivíduo vacinado e utilizando dados nominais da Rede Nacional de Dados em Saúde. O novo método reduz inconsistências relacionadas a duplicidades e erros de registro, melhora a precisão das estimativas e fortalece o monitoramento da situação vacinal da população. A atualização metodológica qualifica o uso de indicadores epidemiológicos e subsidia a tomada de decisão em saúde pública.

- **Fortalecimento das capacidades técnicas por meio de ações de capacitação em epidemiologia aplicada**

Foi promovida a divulgação e o apoio à participação de servidores do SUS no Programa de Epidemiologia para Gestores de Saúde – Turma 2026, iniciativa de formação em epidemiologia aplicada à gestão de serviços de saúde realizada em parceria com instituições acadêmicas internacionais. O programa contempla módulos sobre investigação epidemiológica, análise de dados e resolução de problemas em saúde pública, além da elaboração de projetos aplicados. A iniciativa contribui para a qualificação da força de trabalho e para o fortalecimento das capacidades institucionais em vigilância epidemiológica.

- **Monitoramento contínuo da circulação de vírus respiratórios de importância em saúde pública**

Foram elaborados informes epidemiológicos ampliados das Semanas Epidemiológicas 41, 42 e 43 de 2025, contendo análises sobre a circulação de vírus respiratórios, incluindo covid-19, influenza e vírus sincicial respiratório, com base em dados de notificação, hospitalizações, óbitos, vigilância laboratorial, sentinela e genômica. Os documentos evidenciaram tendências de transmissão, padrões sazonais, grupos mais afetados e variações regionais, subsidiando a adoção de medidas oportunas de prevenção e controle, como estratégias de vacinação, testagem e manejo clínico. O monitoramento sistemático fortalece a capacidade de resposta a emergências em saúde pública e apoia a tomada de decisão baseada em evidências.

- **Informes Epidemiológicos – Semanas 44 a 46 de 2025:** Os informes epidemiológicos referentes às semanas 44, 45 e 46 de 2025 apresentaram o panorama nacional das síndromes gripais (SG) e da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), com base em dados integrados dos sistemas de vigilância epidemiológica, laboratorial, sentinela e genômica. Observou-se circulação simultânea de múltiplos vírus respiratórios, com predomínio de rinovírus, influenza e SARS-CoV-2, além de variações regionais e por faixa etária, especialmente entre crianças e idosos. As análises incluíram o acompanhamento de hospitalizações, óbitos, variantes virais e positividade laboratorial, bem como o uso de metodologias estatísticas para qualificação das estimativas, permitindo a identificação precoce de alterações no comportamento epidemiológico e subsidiando medidas oportunas de prevenção e controle.

- **Informes Epidemiológicos – Semanas 47 a 49 de 2025:** Os informes das semanas 47, 48 e 49 consolidaram o acompanhamento contínuo da circulação viral no país, evidenciando tendência geral de queda nos casos de covid-19, porém com manutenção da circulação ativa de vírus respiratórios e registro de variações regionais na incidência de SRAG. Destacaram-se o predomínio de rinovírus e influenza entre os casos hospitalizados, a ocorrência de codetecções e o maior impacto em crianças pequenas e idosos, além do predomínio da variante XFG do SARS-CoV-2. A sistematização das informações possibilitou identificar áreas prioritárias e orientar intervenções relacionadas à vacinação, testagem, manejo clínico e comunicação de risco, fortalecendo o uso estratégico dos dados epidemiológicos para a tomada de decisão.

- **Informes Epidemiológicos – Semanas 50 a 51 de 2025:** Os informes das semanas 50 e 51 evidenciaram aumento de SRAG em diversas unidades federativas, associado principalmente à circulação de Influenza A, com maior impacto em adultos e idosos, além de crescimento de hospitalizações por influenza em diferentes estados. Observou-se também aumento de casos em crianças relacionados ao vírus sincicial respiratório, metapneumovírus e rinovírus, reforçando a circulação simultânea de múltiplos agentes virais. As análises epidemiológicas e laboratoriais, incluindo a vigilância genômica, permitiram acompanhar a dinâmica de transmissão e orientar estratégias de vacinação, uso de antivirais, organização da rede assistencial e medidas de prevenção.

- **Informes Epidemiológicos – Semanas 52 e 53 de 2025:** Os informes das semanas 52 e 53 demonstraram redução geral da incidência de SRAG com tendência de crescimento sustentado restrita a poucas localidades, além da manutenção da tendência de queda nos casos de covid-19. Predominaram rinovírus e influenza entre os casos hospitalizados, com aumento recente de metapneumovírus e manutenção da circulação de Influenza A, incluindo o subtipo H3N2, enquanto a vigilância genômica manteve o predomínio da variante XFG do SARS-CoV-2. A consolidação dos dados permitiu acompanhar a sazonalidade e as variações regionais, subsidiando recomendações de vacinação e ações de vigilância para redução de casos graves e óbitos.

- **Monitoramento epidemiológico:** A elaboração sistemática dos informes epidemiológicos ao longo das semanas 41 a 53 de 2025 possibilitou o monitoramento contínuo da circulação e dos padrões sazonais de vírus respiratórios no país, integrando informações epidemiológicas, laboratoriais e genômicas. A análise qualificada desses dados subsidiou a adoção de medidas oportunas de prevenção e controle, como vacinação, testagem, manejo clínico e comunicação de risco, contribuindo diretamente para a meta de monitorar a circulação de vírus respiratórios, fortalecer as ações de vigilância e ampliar a capacidade de resposta a emergências em saúde pública.

- **Elaboração de informes epidemiológicos ampliados sobre vírus respiratórios – Semanas**

Epidemiológicas 01 a 06 de 2026.

Foram elaborados informes epidemiológicos ampliados referentes às Semanas Epidemiológicas 01 a 06 de 2026, contemplando o monitoramento sistemático das síndromes gripais e da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) associadas à influenza, covid-19 e outros vírus respiratórios de importância em saúde pública. Os documentos apresentaram análises integradas de dados epidemiológicos, laboratoriais e genômicos, permitindo identificar tendências de crescimento ou redução de casos, padrões sazonais e diferenças regionais, com destaque para o aumento de SRAG na região Norte associado principalmente à circulação de Influenza A e à contribuição do Vírus Sincicial Respiratório (VSR) em crianças pequenas. Também foram identificados sinais iniciais de crescimento da covid-19 em nível nacional, ainda em patamar de baixo risco, com predomínio das sublinhagens XFG e XFG.3.4.1 do SARS-CoV-2. A sistematização dessas informações subsidiou recomendações de vacinação, organização da rede assistencial e adoção de medidas oportunas de prevenção e controle, contribuindo diretamente para a meta de monitorar a circulação e os padrões sazonais de vírus respiratórios e fortalecer a capacidade de resposta a emergências em saúde pública.

• Fortalecimento da vigilância da segurança vacinal para o vírus sincicial respiratório.

Foi elaborada a Nota Técnica nº 106/2025-CGFAM/DPNI/SVSA/MS, que estabelece orientações para a notificação, investigação e manejo de erros de imunização relacionados à vacina contra o Vírus Sincicial Respiratório (VSR) em gestantes, no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância de Eventos Supostamente Atribuíveis à Vacinação ou Imunização (SNV-ESAVI). O documento define fluxos padronizados de acompanhamento de gestantes vacinadas em situação de erro até o desfecho gestacional e monitoramento dos recém-nascidos até os seis meses de idade, além de orientar a notificação obrigatória no sistema e-SUS Notifica, mesmo na ausência de eventos adversos. As orientações contribuem para qualificar a vigilância da segurança vacinal, fortalecer a análise de risco e aprimorar a qualidade das informações em saúde, apoiando as ações estratégicas de prevenção e controle de doenças transmissíveis.

• Elaboração de orientações técnicas para prevenção da influenza aviária.

Foi elaborada a publicação Orientações para Profissionais de Saúde – Influenza Aviária: Biossegurança, documento técnico que reúne recomendações voltadas à prevenção da infecção humana pelo vírus da influenza aviária, com foco na proteção de profissionais de saúde e trabalhadores com exposição ocupacional. O material padroniza medidas de biossegurança, incluindo uso adequado de Equipamentos de Proteção Individual, precauções assistenciais, higienização das mãos, isolamento de casos e manejo seguro de pacientes suspeitos ou confirmados, além de orientar procedimentos para coleta e transporte de amostras clínicas. A publicação fortalece o arcabouço técnico-normativo voltado às doenças respiratórias emergentes e contribui para a qualificação das ações de vigilância e resposta a eventos com potencial de emergência em saúde pública.

• Estruturação de estratégia de imunização contra o vírus sincicial respiratório em populações vulneráveis.

Foi elaborado o guia técnico Estratégia de imunização contra o vírus sincicial respiratório para crianças prematuras e com comorbidades: anticorpo monoclonal, que estabelece diretrizes para incorporação do nirsevimabe no Sistema Único de Saúde como medida de prevenção das formas graves de infecção respiratória associadas ao VSR. O documento define critérios de elegibilidade, esquema de administração, aspectos de segurança e organização da Rede de Imunobiológicos para Pessoas com Situações Especiais, além de orientar o registro das doses, monitoramento de eventos adversos e estratégias de microplanejamento. A publicação contribui para ampliar a proteção de populações vulneráveis, reduzir hospitalizações e qualificar a vigilância epidemiológica das infecções respiratórias na infância.

• Incorporação de metodologias para vigilância entomológica e monitoramento da resistência a inseticidas.

Foi elaborada a Nota Informativa nº 10/2025-CGAR/DEDT/SVSA/MS, que apresenta a estratégia nacional para monitoramento da resistência de populações de *Aedes aegypti* aos inseticidas utilizados

nas ações de controle vetorial no período de 2023 a 2026. A proposta prevê a implantação de sistema padronizado de vigilância em municípios estratégicos, incluindo capitais, com coleta de ovos por meio de ovitrampas e realização de bioensaios conforme protocolos internacionais. Os resultados subsidiarão decisões relacionadas ao uso racional de inseticidas e ao fortalecimento de estratégias integradas de controle vetorial, contribuindo para a incorporação de novas tecnologias de vigilância entomológica e para o aprimoramento das ações de prevenção e controle de arboviroses no país.

- **Elaboração das Diretrizes Nacionais para Prevenção e Controle das Arboviroses Urbanas – Vigilância Entomológica e Controle Vetorial.**

Foram elaboradas as Diretrizes Nacionais para Prevenção e Controle das Arboviroses Urbanas – Vigilância Entomológica e Controle Vetorial, consolidando evidências científicas, resultados de pesquisas financiadas pelo Ministério da Saúde e a experiência acumulada no enfrentamento das epidemias de dengue, chikungunya e Zika no país. O documento propõe a adoção de um modelo de enfrentamento baseado na estratificação de risco territorial, na utilização de indicadores entomológicos mais sensíveis, como ovitrampas, e na combinação de diferentes tecnologias e intervenções, considerando as especificidades epidemiológicas, sociais e ambientais de cada localidade. As diretrizes também reforçam a importância da atuação intersetorial, da participação comunitária e do fortalecimento do trabalho dos agentes de saúde, contribuindo para a incorporação de novas tecnologias de vigilância entomológica e para o aprimoramento das ações de prevenção e controle das arboviroses.

- **Qualificação da vigilância epidemiológica e laboratorial do cólera.**

Foi elaborada a Nota Técnica Conjunta nº 432/2025-CGZHA/DEDT/CGLAB/SVSA/MS, que dispõe sobre a reclassificação de caso de cólera inicialmente reportado como autóctone no Brasil em 2024, após análises moleculares complementares que descartaram a presença de genes de toxigenicidade na cepa identificada. A investigação epidemiológica e laboratorial foi conduzida de forma integrada entre os níveis municipal, estadual e federal, com apoio de rede laboratorial internacional, permitindo a revisão técnica do caso e a retificação das informações previamente divulgadas. A iniciativa evidenciou a robustez do sistema de vigilância ao incorporar metodologias avançadas de diagnóstico e contribuiu para o fortalecimento das ações de vigilância, prevenção e controle das doenças transmissíveis baseadas em evidências epidemiológicas e laboratoriais consistentes.

- **Padronização de orientações para regularização vacinal contra febre amarela.**

Foi elaborada a Nota Técnica nº 6/2026-CGICI/DPNI/SVSA/MS, que estabelece orientações para a administração da dose padrão da vacina contra a febre amarela em indivíduos que receberam dose fracionada durante estratégias excepcionais de vacinação realizadas em 2018. O documento padroniza a conduta para regularização do esquema vacinal, define critérios de elegibilidade e orienta o registro adequado das doses nos sistemas de informação, contribuindo para o monitoramento mais preciso das coberturas vacinais e para a identificação de populações suscetíveis. A iniciativa fortalece as ações de vigilância e controle da febre amarela e contribui para o aperfeiçoamento das estratégias de prevenção baseadas em evidências.

- **Fortalecimento da vigilância e resposta às febres maculosas.**

Foi elaborada a Nota Técnica nº 88/2025-CGZV/SVSA/MS, que estabelece orientações destinadas às vigilâncias e à assistência em saúde para o período de sazonalidade das febres maculosas no Brasil. O documento apresenta o perfil ecoepidemiológico da doença, orienta o reconhecimento clínico, o diagnóstico diferencial e o início oportuno do tratamento, além de reforçar a notificação imediata e a investigação epidemiológica dos casos. Também foram estabelecidas medidas de vigilância ambiental, resposta a surtos e comunicação de risco, contribuindo para a redução da morbimortalidade e para o fortalecimento das ações integradas de vigilância epidemiológica, ambiental e assistencial.

- **Estruturação de diretrizes operacionais para vacinação contra a dengue.**

Foi elaborado o Guia Técnico-Operacional da vacina dengue atenuada do Instituto Butantan, contendo diretrizes técnicas e operacionais para implementação da vacina no Sistema Único de Saúde. O documento sistematiza orientações sobre indicação, esquema vacinal, logística, armazenamento, administração e registro das doses, além de estabelecer parâmetros para farmacovigilância,

monitoramento de eventos adversos, capacitação das equipes e comunicação de risco. A publicação contribui para a padronização nacional da estratégia de vacinação contra a dengue e fortalece as ações de prevenção e controle das arboviroses.

- **Monitoramento da segurança da vacina contra dengue.**

Foi elaborado o Boletim Epidemiológico – Volume 56, nº 18, que apresenta a análise da segurança da vacina contra dengue após um ano de implementação no Brasil, com base em dados de vigilância de eventos adversos pós-vacinação. Os resultados demonstraram perfil de segurança compatível com os achados observados em estudos clínicos, reforçando a importância da manutenção da vigilância ativa e da qualificação da notificação de eventos adversos. A sistematização das informações contribui para a transparência, qualificação da comunicação de risco e tomada de decisão baseada em evidências, fortalecendo a confiança nas ações do Programa Nacional de Imunizações.

- **Monitoramento da segurança da vacina contra chikungunya em estratégia piloto.**

Foi elaborada a Nota Técnica nº 9/2026-SVSA/MS, que estabelece orientações para o monitoramento da segurança da vacina contra a chikungunya utilizada na estratégia piloto de vacinação no Brasil. O documento define critérios de administração, fluxos de notificação e investigação de Eventos Supostamente Atribuíveis à Vacinação ou Imunização (ESAVI), integração entre sistemas de informação e indicadores de desempenho da vigilância. A iniciativa possibilita a produção de evidências epidemiológicas em condições reais de uso, qualificando a avaliação do perfil benefício-risco do imunizante e subsidiando decisões regulatórias e programáticas.

- **Desenvolvimento de instrumentos integrados de planejamento e gestão em vigilância em saúde.**

Foram elaborados instrumentos estratégicos de planejamento e gestão, incluindo o Relatório Integrado de Gestão TCU 2025 da SVSA e o Planejamento Estratégico da Coordenação-Geral de Laboratórios de Saúde Pública para o período 2026–2027. Os documentos consolidam resultados institucionais, definem objetivos estratégicos e orientam a atuação da vigilância epidemiológica e laboratorial, contribuindo para o aprimoramento da governança, da análise de situação de saúde e da resposta a emergências em saúde pública. Essas iniciativas fortalecem o desenvolvimento de ferramentas integradas de planejamento e monitoramento das ações ambientais e epidemiológicas.

- **Fortalecimento das ações de comunicação institucional e disseminação técnico-científica** Foram promovidas ações de comunicação e disseminação técnico-científica por meio da realização e do apoio a eventos estratégicos, incluindo a 57ª Reunião do Comitê de Programas do UNAIDS, a Reunião de Planejamento da SVSA, a inauguração do Museu do Instituto Evandro Chagas e o apoio ao 60º Congresso da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical (MEDTROP 2025). As iniciativas possibilitaram a disseminação de informações técnicas, o intercâmbio de experiências e o fortalecimento da articulação institucional com gestores, pesquisadores e organismos internacionais. As ações contribuíram para ampliar a visibilidade das políticas públicas de vigilância em saúde e fortalecer os processos de comunicação e compartilhamento de conhecimento.---

- **Elaboração de análises epidemiológicas sobre doenças crônicas e fatores de risco.**

Foram elaboradas publicações técnicas destinadas ao monitoramento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) e de seus fatores de risco, incluindo o *Boletim Epidemiológico – Morbimortalidade por hipertensão no Brasil, 2006–2023* e a publicação **VIGITEL Brasil 2006–2024**. Os documentos consolidam análises baseadas em sistemas oficiais de informação e inquéritos populacionais, permitindo identificar tendências temporais, diferenças regionais e desigualdades segundo sexo e faixa etária, além da evolução dos principais fatores de risco e proteção para DCNT. A sistematização dessas informações subsidia o planejamento de políticas públicas, o monitoramento de metas nacionais e internacionais e o fortalecimento das estratégias de promoção da saúde, prevenção e controle das doenças crônicas no país.

- **Produção e disseminação de documentos estratégicos para prevenção das doenças crônicas.**

Foram elaborados documentos técnicos voltados ao fortalecimento das políticas de prevenção das DCNT, incluindo a versão em inglês do *Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos Não Transmissíveis no Brasil (2021–2030)* e a publicação *Impostos seletivos no contexto da*

reforma tributária brasileira: evidências e perspectivas para a prevenção de doenças crônicas não transmissíveis. Esses materiais ampliam a disseminação das estratégias nacionais, fortalecem a cooperação técnica internacional e apresentam evidências científicas que subsidiam políticas intersetoriais de promoção da saúde, especialmente relacionadas à redução de fatores de risco modificáveis. As publicações contribuem para o alinhamento das ações nacionais aos compromissos globais e para a incorporação de medidas estruturais de prevenção das DCNT.

- **Fortalecimento das ações de vigilância e prevenção de violências e acidentes .**

Foi realizado o Ciclo de Estudos *O papel do setor saúde frente ao impacto das lesões no trânsito*, que promoveu a discussão sobre a atuação do setor saúde na prevenção, vigilância e manejo das lesões decorrentes de acidentes de trânsito. A iniciativa destacou a importância da análise de dados epidemiológicos, da integração entre serviços de saúde e outros setores e da adoção de estratégias preventivas baseadas em evidências. As discussões contribuíram para qualificar as ações de vigilância das DCNT e de seus fatores de risco, integrando a prevenção de violências e acidentes e fortalecendo a atuação do Sistema Único de Saúde na redução da morbimortalidade associada às lesões no trânsito.

- **Qualificação normativa e técnica dos sistemas de informação em saúde.**

Foram elaborados instrumentos técnicos e normativos destinados ao fortalecimento e à padronização dos sistemas de informação em saúde, incluindo o *Instrutivo para Cadastro de Codificadores do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)* a Portaria GM/MS nº 10.175/2026, que inclui as anomalias congênitas na lista nacional de notificação compulsória, e a Nota Técnica nº 3/2025-DAENT/SVSA/MS, referente à implementação da Lei Geral de Proteção de Dados no tratamento de bases identificadas. Esses instrumentos contribuem para qualificar a produção de estatísticas vitais e de morbidade, fortalecer a confiabilidade das informações epidemiológicas e ampliar a integração entre sistemas como Sinasc, Sinan, SIM e e-SUS Notifica, apoiando o planejamento e a tomada de decisão em saúde pública.

- **Padronização de procedimentos para vigilância e notificação de agravos.**

Foram elaboradas orientações técnicas destinadas à padronização de fluxos de vigilância e notificação de agravos, com destaque para a Nota Técnica Conjunta nº 376/2025, que estabelece diretrizes para atendimento, investigação e registro de casos de intoxicação por metanol após consumo de bebidas alcoólicas adulteradas. O documento fortalece a atuação integrada entre serviços assistenciais, laboratórios e vigilância epidemiológica, contribuindo para a melhoria da qualidade dos registros no SINAN e para a detecção precoce de eventos de saúde pública, em consonância com a meta de aperfeiçoamento e integração dos sistemas de informação em saúde.

- **Modernização e aprimoramento dos sistemas de informação epidemiológica.**

Foi elaborado documento técnico contendo propostas de melhorias para os ambientes de homologação do TabNet BD, considerando os dados de doenças e agravos habilitados no SINAN. O processo incluiu modernização tecnológica, aprimoramento da estrutura de banco de dados e desenvolvimento de ferramentas analíticas que ampliam a capacidade de processamento e visualização das informações epidemiológicas. A iniciativa fortalece a integração e a qualidade dos dados de morbidade, amplia a transparência das informações e contribui para o uso estratégico dos sistemas de informação na análise da situação de saúde e na tomada de decisão baseada em evidências.

- **Webinário – Anomalias Congênitas no âmbito dos Núcleos Hospitalares de Epidemiologia (NHES):** O webinário nacional reuniu cerca de 600 profissionais da Rede Nacional de Vigilância Epidemiológica Hospitalar, com o objetivo de fortalecer o monitoramento das anomalias congênitas no ambiente hospitalar, enfatizando a detecção precoce, a qualificação das notificações e o aprimoramento das estratégias de acompanhamento das crianças afetadas. A atividade promoveu a sensibilização dos serviços de saúde quanto à importância da produção de informações oportunas e consistentes, contribuindo para o fortalecimento da vigilância epidemiológica e para o uso qualificado dos dados na tomada de decisão em saúde.

- **Experiências e organização da vigilância:** Durante o evento, foi apresentada a experiência do estado de Goiás na implantação e qualificação da vigilância de anomalias congênitas, destacando a atuação de grupo técnico intersetorial envolvendo vigilância, atenção à saúde e instituições de ensino. A experiência

evidenciou avanços na organização dos fluxos de identificação e notificação dos casos, no fortalecimento do diagnóstico e na articulação da rede de cuidado, ressaltando a importância de uma abordagem integrada e humanizada, centrada no acompanhamento e no desenvolvimento integral das crianças.

- **Contribuição para o fortalecimento da vigilância:** A realização do webinar contribuiu para a padronização de práticas e para a qualificação técnica dos serviços hospitalares, ampliando a capacidade de identificação, registro e análise das anomalias congênitas em nível nacional. A iniciativa está alinhada à meta de fortalecimento da vigilância do óbito materno, fetal e infantil e de causas inespecíficas, ao melhorar a qualidade das informações relacionadas ao período perinatal e apoiar a estruturação da Política Nacional de Vigilância de Anomalias Congênitas, promovendo ações integradas de monitoramento, prevenção e cuidado.

- **Nota Técnica nº 78/2025 – Orientações para registro de óbitos de pessoas não identificadas:** A Nota Técnica nº 78/2025 estabelece orientações padronizadas para o preenchimento da Declaração de Óbito de pessoas não identificadas, incluindo definições operacionais, uso de terminologia adequada e instruções detalhadas para o registro das informações em todos os blocos do documento. As orientações abrangem dados de identificação, local de ocorrência, causas de morte, informações médicas e causas externas, além de procedimentos para arquivamento de formulários específicos e articulação entre serviços de saúde, unidades notificadoras e Polícias Científicas. A padronização dos procedimentos contribui para a melhoria da qualidade e da consistência dos dados registrados no Sistema de Informações sobre Mortalidade, fortalecendo a confiabilidade das estatísticas vitais.

- **Contribuição para o aprimoramento da vigilância do óbito:** O aperfeiçoamento do registro e da coleta de informações sobre óbitos de pessoas não identificadas amplia a capacidade de análise epidemiológica da mortalidade, incluindo óbitos maternos, fetais, infantis e por causas inespecíficas. Ao assegurar maior qualidade das informações, a nota técnica subsidia o monitoramento epidemiológico e a formulação de políticas públicas, além de contribuir para iniciativas intersetoriais como a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas. Dessa forma, o documento está alinhado à meta de aprimorar a vigilância e a análise de óbitos no país, fortalecendo a produção de informações estratégicas para o Sistema Único de Saúde.

- **Documento Técnico – Promoção da Saúde Mental e Inclusão no Ambiente de Trabalho:** O documento técnico consolida estratégias voltadas à promoção da saúde mental, à prevenção do assédio e das discriminações e ao fortalecimento de uma cultura institucional inclusiva no âmbito da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. As ações foram estruturadas com base nos referenciais da Saúde do Trabalhador e fundamentadas em diagnóstico situacional, revisão de literatura e análise de marcos normativos, integrando ações de prevenção, cuidado e qualificação das relações de trabalho. No eixo educativo, foram desenvolvidas matrizes técnicas para oficinas temáticas, incluindo Comunicação Não Violenta e prevenção ao assédio, com definição de objetivos, metodologias participativas e estratégias de mobilização institucional.

- **Contribuição para a promoção da saúde dos trabalhadores:** No eixo de normatização institucional, foi elaborada proposta de Procedimento Operacional Padrão para o manejo de situações de assédio, com definição de fluxos de acolhimento, canais de denúncia e medidas de acompanhamento, além de análise técnica sobre o perfil racial e de gênero da força de trabalho, oferecendo subsídios para políticas de equidade e inclusão. De forma integrada, os produtos contribuem para a promoção da saúde dos trabalhadores da SVSA, especialmente no que se refere às necessidades psicossociais e coletivas, fortalecendo ações de educação permanente e apoiando a construção de um ambiente de trabalho mais seguro, ético e saudável.

5. Considerações Gerais

Declaro para os devidos fins que todas as ações executadas foram para o desenvolvimento das metas e alcance dos objetivos em observância aos princípios públicos que norteiam a correta utilização do recurso.

Tânia Maria Peixoto Fonseca
Coordenadora do Projeto
SIAPE: 1897107



Documento assinado eletronicamente por **TANIA MARIA PEIXOTO FONSECA, Analista de Gestão em Saúde Pública**, em 05/03/2026, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5962295** e o código CRC **4814F7F9**.

Referência: Processo nº 25380.003625/2025-93

SEI nº 5962295

Gestor: COGEPLAN
Versão: 02 - novembro/2025